



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Contratação de empresa especializada para realização de exames médicos ocupacionais admissionais, periódicos e demissionais, destinados aos servidores do Município de Borrazópolis - PR**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote 01 – (Participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte)

Tratamento diferenciado para empresas LOCAIS e REGIONAIS

Contratação de empresa especializada para realização de exames médicos ocupacionais admissionais, periódicos e demissionais, destinados aos servidores do Município de Borrazópolis - PR.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Ácido Hipúrico: exame laboratorial realizado em amostra de urina, utilizado	Unid.	200	R\$ 32,96	R\$ 6.592,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	como indicador biológico de exposição ocupacional a solventes orgânicos, especialmente o tolueno, permitindo avaliar o nível de exposição do trabalhador a esses agentes químicos no ambiente de trabalho.				
02	Ácido Metil-hipúrico: exame laboratorial realizado em amostra de urina, utilizado como biomarcador de exposição ocupacional aos solventes orgânicos do grupo dos xilênos, permitindo avaliar o grau de exposição do trabalhador a esses agentes químicos no ambiente de trabalho.	Unid.	200	R\$ 32,96	R\$ 6.592,00
03	Acuidade visual: exame destinado à avaliação da capacidade funcional do sistema visual para distinguir detalhes, formas e contornos de objetos, com a finalidade de verificar a integridade da função visual e identificar possíveis alterações ou comprometimentos da visão, no âmbito dos exames de saúde ocupacional.	Unid.	200	R\$ 29,75	R\$ 5.950,00
04	Anti-HBs: exame sorológico destinado à detecção de anticorpos contra o antígeno de superfície do vírus da hepatite B, utilizado para avaliar a imunidade do indivíduo frente à infecção pelo vírus da hepatite B, seja por vacinação prévia ou por infecção passada.	Unid.	200	R\$ 28,32	R\$ 5.664,00
05	Audiometria: exame destinado à avaliação da capacidade auditiva, por meio da mensuração dos limiares de percepção sonora em diferentes frequências, com o objetivo de identificar possíveis alterações ou perdas auditivas, especialmente aquelas relacionadas à exposição ocupacional a níveis elevados de ruído.	Unid.	200	R\$ 83,99	R\$ 16.798,00
06	Avaliação Psicossocial: procedimento técnico destinado à análise das condições psicológicas, emocionais e comportamentais do trabalhador, visando verificar sua aptidão para o desempenho de atividades laborais que envolvam riscos psicossociais, bem como identificar possíveis fatores que possam comprometer a segurança, a saúde e o bem-estar no ambiente de trabalho.	Unid.	200	R\$ 158,03	R\$ 31.606,00
07	Colinesterase: exame laboratorial realizado em amostra de sangue destinado à avaliação da atividade das enzimas colinesterases (acetilcolinesterase e/ou	Unid.	200	R\$ 24,36	R\$ 4.872,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	butirilcolinesterase), utilizado como indicador biológico de exposição ocupacional a agentes químicos inibidores dessas enzimas, como organofosforados e carbamatos, amplamente utilizados em pesticidas.				
08	Coprocultura: exame laboratorial realizado em amostra de fezes, destinado à identificação e isolamento de microrganismos patogênicos do trato gastrointestinal, especialmente bactérias causadoras de infecções entéricas, com a finalidade de diagnosticar possíveis infecções intestinais.	Unid.	200	R\$ 31,18	R\$ 6.236,00
09	Creatinina: exame laboratorial realizado em amostra de sangue ou urina, destinado à avaliação da função renal por meio da mensuração da concentração de creatinina, substância resultante do metabolismo muscular, sendo utilizado como indicador da capacidade de filtração dos rins.	Unid.	200	R\$ 15,62	R\$ 3.124,00
10	Eletrocardiograma (ECG): exame diagnóstico não invasivo destinado ao registro da atividade elétrica do coração por meio de eletrodos posicionados na superfície corporal, permitindo a avaliação do ritmo cardíaco, da condução elétrica e a identificação de possíveis alterações ou distúrbios cardíacos.	Unid.	200	R\$ 66,02	R\$ 13.204,00
11	Eletroencefalograma (EEG): exame diagnóstico não invasivo destinado ao registro da atividade elétrica cerebral por meio de eletrodos posicionados no couro cabeludo, permitindo a avaliação do funcionamento do sistema nervoso central e a identificação de possíveis alterações neurológicas.	Unid.	200	R\$ 123,00	R\$ 24.600,00
12	Espirometria: exame diagnóstico não invasivo destinado à avaliação da função pulmonar por meio da mensuração dos volumes e fluxos respiratórios durante manobras de inspiração e expiração forçadas, permitindo identificar possíveis alterações ventilatórias e comprometimentos da capacidade respiratória.	Unid.	200	R\$ 78,18	R\$ 15.636,00
13	Exame Clínico: avaliação médica realizada por profissional habilitado, composta por	Unid.	200	R\$ 66,50	R\$ 13.300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	anamnese ocupacional e exame físico, com a finalidade de verificar as condições gerais de saúde do trabalhador, bem como sua aptidão física e mental para o desempenho das atividades laborais.				
14	Glicemia em Jejum: exame laboratorial realizado em amostra de sangue, após período mínimo de jejum, destinado à mensuração da concentração de glicose plasmática, sendo utilizado para avaliação do metabolismo glicídico e para a identificação de possíveis alterações, como hiperglicemia ou hipoglicemia.	Unid.	200	R\$ 20,92	R\$ 4.184,00
15	Hemograma com plaquetas: exame laboratorial realizado em amostra de sangue destinado à avaliação quantitativa e qualitativa dos elementos celulares do sangue, incluindo hemácias, leucócitos e plaquetas, permitindo analisar as condições hematológicas gerais do indivíduo e identificar possíveis alterações, como anemias, infecções ou distúrbios da coagulação.	Unid.	200	R\$ 28,90	R\$ 5.780,00
16	Hemograma Completo: exame laboratorial realizado em amostra de sangue destinado à avaliação quantitativa e qualitativa dos principais componentes sanguíneos, incluindo hemácias, leucócitos e plaquetas, bem como seus respectivos índices hematimétricos, permitindo a análise do estado geral de saúde e a identificação de possíveis alterações hematológicas, como anemias, infecções e distúrbios hematológicos.	Unid.	200	R\$ 28,40	R\$ 5.680,00
17	Hepatite B – HBsAg: exame sorológico realizado em amostra de sangue destinado à detecção do antígeno de superfície do vírus da hepatite B (HBsAg), utilizado para identificar infecção ativa pelo vírus da hepatite B e auxiliar na avaliação do estado infeccioso do indivíduo.	Unid.	200	R\$ 31,39	R\$ 6.278,00
18	Parasitológico de Fezes: exame laboratorial realizado em amostra de fezes destinado à detecção de parasitas intestinais, como protozoários e helmintos, por meio da identificação de ovos, cistos ou larvas, permitindo o diagnóstico de parasitoses do	Unid.	200	R\$ 20,66	R\$ 4.132,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	trato gastrointestinal.				
19	Raio-X de Coluna Total (Escoliose Panorâmica): exame de imagem realizado por meio de radiografia da coluna vertebral em sua totalidade, destinado à avaliação do alinhamento, curvaturas e possíveis alterações estruturais da coluna, permitindo a identificação de deformidades, como escoliose, e outras alterações osteoarticulares.	Unid.	200	R\$ 102,29	R\$ 20.458,00
20	TGO (Transaminase Glutâmico-Oxalacética / AST – Aspartato Aminotransferase): exame laboratorial realizado em amostra de sangue destinado à mensuração da enzima TGO, utilizada na avaliação da função hepática e na identificação de possíveis lesões ou alterações em tecidos como fígado, coração e músculos.	Unid.	200	R\$ 16,28	R\$ 3.256,00
21	TGP (Transaminase Glutâmico-Pirúvica / ALT – Alanina Aminotransferase): exame laboratorial realizado em amostra de sangue destinado à dosagem da enzima TGP, utilizado para avaliação da função hepática e identificação de possíveis alterações ou lesões no fígado.	Unid.	200	R\$ 16,36	R\$ 3.272,00
22	Exame Toxicológico: exame laboratorial realizado em amostras biológicas, como urina, sangue, cabelo ou pelos, destinado à detecção de substâncias psicoativas, drogas ou metabólitos no organismo, sendo utilizado para avaliar a exposição ou o uso de substâncias químicas que possam comprometer a saúde ou a aptidão para o trabalho.	Unid.	200	R\$ 133,43	R\$ 26.686,00
23	Ureia: exame laboratorial realizado em amostra de sangue destinado à mensuração da concentração de ureia, substância resultante do metabolismo das proteínas, sendo utilizado para avaliação da função renal e do estado metabólico do organismo.	Unid.	200	R\$ 16,67	R\$ 3.334,00
24	Urina Tipo I (EAS – Elementos Anormais e Sedimentoscopia): exame laboratorial realizado em amostra de urina destinado à análise física, química e microscópica da urina, permitindo avaliar o funcionamento	Unid.	200	R\$ 18,50	R\$ 3.700,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	do sistema urinário e identificar possíveis alterações, como infecções urinárias, distúrbios metabólicos ou renais.				
25	VDRL (Venereal Disease Research Laboratory): exame sorológico realizado em amostra de sangue destinado à triagem para detecção de anticorpos não treponêmicos associados à sífilis, sendo utilizado para identificação de possível infecção ativa e para acompanhamento da resposta ao tratamento.	Unid.	200	R\$ 21,29	R\$ 4.258,00
26	Vírus da Hepatite C – Anti-HCV: exame sorológico realizado em amostra de sangue destinado à detecção de anticorpos contra o vírus da hepatite C (HCV), utilizado para identificar exposição prévia ou infecção pelo vírus, auxiliando na triagem e diagnóstico da hepatite C.	Unid.	200	R\$ 32,38	R\$ 6.476,00
TOTAL					R\$ 251.668,00

2.2. Valor total estimado para a contratação **R\$ 251.668,00 (duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais).**

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Dos elementos/serviços que compõem o objeto:

Do ciclo de vida do objeto

4.2. No contexto da contratação de serviços para realização de exames médicos ocupacionais admissionais, periódicos e demissionais, compreende o conjunto de etapas que envolvem desde o planejamento da contratação até a execução e finalização dos serviços prestados.

4.3. O processo compreende a sistematização das demandas da Administração Pública, a realização dos exames clínicos e complementares necessários, a emissão dos respectivos laudos técnicos para os exames que assim o exigirem, bem como a expedição de atestados de saúde ocupacional e o adequado registro e controle das informações relacionadas à saúde ocupacional dos servidores.

4.3. A observância das etapas que compõem o ciclo de vida do objeto é fundamental para assegurar a eficiência na prestação dos serviços, o atendimento às normas de saúde e segurança do trabalho e a adequada gestão das informações relacionadas à vida funcional dos servidores públicos.

4.4. Inicialmente, o ciclo tem início com a identificação da necessidade por parte da Administração Pública, considerando as demandas relacionadas à admissão de novos servidores, ao acompanhamento periódico da saúde ocupacional e aos procedimentos de desligamento funcional. A partir dessa etapa, procede-se à formalização da contratação da empresa especializada, observando os trâmites legais e administrativos aplicáveis aos processos de contratação pública.

4.5. Na fase de execução dos serviços, a empresa CONTRATADA realizará os atendimentos médicos e exames ocupacionais necessários, incluindo avaliação clínica e, quando indicado, exames complementares, sempre em conformidade com as normas de saúde e segurança do trabalho.

4.6. Considerando que tais atividades exigem a atuação de profissionais devidamente habilitados, a disponibilidade de estrutura clínica adequada, bem como a utilização de equipamentos e a realização de determinados exames complementares específicos, além da emissão de laudos técnicos e pareceres médicos quando aplicáveis, em conformidade com as normas de saúde e segurança do trabalho vigentes, evidencia-se a necessidade de que tais serviços sejam prestados por empresa especializada na área de medicina do trabalho, devidamente qualificada para atender às demandas da Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.7. Por fim, o ciclo de vida do objeto contempla o arquivamento e controle das informações geradas durante a prestação dos serviços, garantindo a rastreabilidade dos exames realizados e a adequada gestão dos documentos relacionados à saúde ocupacional dos servidores. Esse processo possibilita à Administração manter registros organizados e atualizados, além de subsidiar futuras avaliações e acompanhamentos necessários ao longo da vida funcional dos servidores.

4.8. A observância dessas etapas assegura maior eficiência, controle e transparência na gestão da saúde ocupacional dos servidores, além de garantir o cumprimento das exigências legais aplicáveis. Assim, o adequado gerenciamento do ciclo de vida do objeto contribui para a regularidade administrativa e para a promoção de condições de trabalho mais seguras e saudáveis no âmbito da Administração Pública Municipal.

Garantia de qualidade do objeto

4.9. A garantia de qualidade do objeto será assegurada mediante a contratação de empresa especializada na área de medicina do trabalho, devidamente habilitada e regularizada junto aos órgãos competentes, bem como pela observância das normas técnicas, sanitárias e regulamentares aplicáveis à realização de exames médicos ocupacionais.

4.10. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, especialmente médicos do trabalho e demais profissionais de saúde legalmente habilitados, garantindo que os procedimentos clínicos e exames complementares sejam realizados de acordo com os padrões técnicos exigidos.

4.11. Além disso, os atendimentos deverão ocorrer em ambiente clínico adequado, com equipamentos apropriados e condições que assegurem a confiabilidade dos resultados obtidos.

4.12. A qualidade também será garantida por meio da correta emissão de laudos técnicos, atestados de saúde ocupacional e demais documentos médicos pertinentes, sempre que aplicável, assegurando a precisão das informações e o cumprimento das exigências legais relacionadas à saúde ocupacional.

4.13. Adicionalmente, a Administração poderá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o atendimento às especificações estabelecidas no instrumento contratual, a adequação dos procedimentos adotados e a regularidade da documentação emitida, garantindo, assim, que os serviços prestados atendam aos padrões de qualidade esperados.

Da Padronização dos serviços que integram o objeto

4.14. Os serviços não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.15. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei n.º 14.133/21)

5.1. Dos critérios de sustentabilidade

Práticas para reduzir os impactos ambientais

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

Da Subcontratação

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Do Parcelamento

5.4. O objeto será licitado e contratado por item e executado de forma parcelada, visando atender as necessidades da secretaria demandante, conforme solicitação de despesa ou nota de empenho.

Do orçamento Sigiloso

5.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Da exigência de amostra

5.6. Não há necessidade de apresentação de amostra.

Garantia da contratação

5.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual

Da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

5.8. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.9. Na execução do objeto devem ser observados pela CONTRATADA os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

5.10. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.11. O tratamento desses dados pelo setor público prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art. 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III), e a sua utilização ficará limitada às atividades decorrentes da execução contratual na forma deste instrumento, bem como de obrigações legais, sob pena de incidência das sanções legais e das previstas neste instrumento, além da responsabilização administrativa, civil e criminal, observado o devido processo que assegure a ampla defesa e o contraditório.

5.12. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.13. A CONTRATADA obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma dessas legislações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.14. Os colaboradores devem assinar termo de compromisso de confidencialidade e manutenção de sigilo.

5.15. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.16. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, prestando, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.17. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Da Restrição Geográfica

5.18. A CONTRATADA deverá executar os serviços objeto do presente contrato em estabelecimento próprio, devidamente estruturado e adequado à realização de exames médicos ocupacionais, em estrita observância às normas sanitárias, de saúde e segurança do trabalho vigentes, bem como às disposições dos órgãos reguladores competentes.

5.19. O estabelecimento indicado para a execução dos serviços deverá possuir todas as licenças, alvarás e autorizações exigidas pela legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à licença sanitária vigente, responsabilizando-se a CONTRATADA pela manutenção de sua regularidade durante toda a vigência contratual.

5.20. A CONTRATADA deverá comprovar, previamente ao início da execução dos serviços para o fiscal de contrato, a localização do estabelecimento onde serão realizados os exames, mediante a apresentação de documentos idôneos ou por meio de ferramentas digitais e aplicativos de geolocalização disponíveis na internet, aptos a demonstrar, de forma inequívoca, o endereço informado.

5.21. A comprovação de que trata esta seção deverá ser apresentada no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, diretamente ao fiscal do contrato, designado pela Administração, para fins de verificação e validação das informações prestadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.22. O estabelecimento destinado à realização dos exames deverá estar obrigatoriamente situado no perímetro urbano do Município de Borrazópolis/PR, sendo vedada a execução dos serviços em local diverso, sem prévia e expressa autorização da Administração. O referido estabelecimento ficará sujeito à inspeção e validação pelo fiscal do contrato, a qualquer tempo, para fins de comprovação das condições informadas.

5.23. A comprovação da localização deverá ser acompanhada da documentação de qualificação técnica complementar pertinente, incluindo, no que couber, alvará de funcionamento, licença sanitária vigente e demais autorizações exigidas pela legislação aplicável, caso tais documentos não tenham sido previamente apresentados na fase de habilitação do certame.

5.24. O não atendimento ao prazo estipulado, bem como a apresentação de documentação insuficiente ou em desconformidade com as exigências estabelecidas, caracterizará descumprimento de obrigação contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 14.133/2021, e das disposições previstas no edital e na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da possibilidade de cancelamento do registro e demais cominações legais.

5.25. O critério físico-espacial exigido se justifica em face ao princípio da economicidade, que vem expressamente previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível, tratando-se da obtenção do melhor resultado estratégico possível de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e/ou patrimoniais em um dado cenário socioeconômico, para se obter a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo-benefício.

5.26. Ante todo o exposto, infere-se que o princípio constitucional da economicidade da gestão de recursos e bens públicos autoriza o ente político-administrativo encarregado do específico e peculiar afazer hermenêutico constitucional dos elementos de fato informadores dos diversos processos subjetivos de tomadas de decisão de gastos/investimentos públicos “vis-à-vis” o conjunto objetivo dos resultados alcançáveis, qualificando-os, efetiva ou potencialmente, como ganhos ou perdas sociais, evitando-se, desse modo, a despesa pública antieconômica e a consequente perpetração, muitas vezes irremediável prejuízo social.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

Especificações Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.1. A execução contratual deverá observar as especificações técnicas e administrativas estabelecidas no instrumento convocatório, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços firmada entre as partes, garantindo que os serviços sejam prestados com qualidade, eficiência e em conformidade com a legislação vigente aplicável à área de saúde e segurança do trabalho.

6.2. Os exames admissionais deverão ser realizados sempre que houver a convocação de novos trabalhadores e antes que estes assumam as suas atividades, dando ênfase às exigências do cargo ao qual o trabalhador está sendo contratado.

a) Devem ser averiguadas as condições físico-psíquicas, salvaguardando a saúde e a segurança do trabalhador e objetivando a conclusão sobre a sua aptidão ou não ao cargo.

6.3. Os exames periódicos deverão avaliar e identificar possíveis manifestações patológicas e riscos em potencial causados ou não pelo trabalho. Além disso, os exames devem ser capazes de reconhecer estilos de vida que venham a interferir diretamente na qualidade de vida do trabalhador, tais como: hipertensão arterial, diabetes, obesidade, dislipidemias (alterações na taxa de colesterol e triglicérides), infecções urinárias, entre outras.

6.4. O exame médico demissional deverá ser realizado obrigatoriamente antes da efetivação do desligamento do servidor, observando-se que sua realização deve ocorrer até a data do término do vínculo funcional.

a) Tal procedimento tem por finalidade avaliar as condições de saúde do servidor no momento de sua saída da Administração, registrando formalmente sua aptidão ou eventuais alterações relacionadas às atividades laborais desempenhadas, em conformidade com as normas de saúde e segurança do trabalho vigentes.

6.5. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os serviços sejam executados em estrita observância às normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis à medicina e segurança do trabalho, especialmente aquelas relacionadas à saúde ocupacional dos trabalhadores, garantindo a qualidade, a confiabilidade e a regularidade dos procedimentos realizados.

6.6. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, profissionais devidamente habilitados e registrados em seus respectivos conselhos de classe, responsabilizando-se tecnicamente pela execução dos exames médicos ocupacionais e pela emissão dos documentos médicos correspondentes, quando aplicável.

6.7. Os atendimentos deverão ser realizados mediante encaminhamento ou solicitação formal da Administração Municipal, observando-se a organização das demandas e a disponibilidade necessária para o atendimento adequado dos servidores, de modo a não comprometer o regular funcionamento das atividades administrativas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.8. Os atendimentos deverão ocorrer em ambiente clínico adequado, com estrutura e equipamentos compatíveis com os procedimentos a serem realizados, assegurando a qualidade técnica e a confiabilidade dos resultados obtidos.

6.9. A execução dos serviços deverá garantir a atuação de profissionais devidamente habilitados, a realização adequada dos exames clínicos e complementares quando necessários, bem como a emissão dos correspondentes atestados de saúde ocupacional e demais documentos técnicos pertinentes, assegurando a confiabilidade das informações e o atendimento às exigências legais vigentes.

6.10. A CONTRATADA deverá garantir o sigilo e a confidencialidade das informações médicas e pessoais dos servidores atendidos, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios éticos aplicáveis à área da saúde.

6.11. A execução dos serviços deverá observar os prazos estabelecidos pela Administração para a realização dos exames e para a entrega da documentação correspondente, assegurando celeridade e eficiência no atendimento das demandas institucionais.

6.12. Após a realização da coleta e/ou dos exames, a empresa CONTRATADA deverá providenciar a emissão dos respectivos resultados, atestados de saúde ocupacional, laudos técnicos e demais documentos pertinentes, quando aplicável, garantindo a clareza, consistência e rastreabilidade das informações registradas.

Dos serviços de coleta e exames

6.13. Os procedimentos de coleta e/ou exame observarão as normas técnicas aplicáveis ao caso, devendo a CONTRATADA disponibilizar ao paciente e a seu responsável legal ou acompanhante todas as instruções que devem ser obedecidas para fins de preparo do paciente para a viabilização da coleta do material biológico assim como assegurar seu adequado processamento.

6.14. As orientações aos pacientes serão fornecidas por meio escrito e verbal, sendo que em ambos os casos a linguagem utilizada deverá ser de fácil entendimento, evitando, assim, contratempos na realização da coleta e/ou exame e, por consequência, na qualidade do resultado. Deverá ainda ser disponibilizado ao paciente telefone de contato para a solução de dúvidas ou obtenção de informações sobre os exames.

6.15. Todo o material utilizado para identificação das amostras deverá ser fornecido pela CONTRATADA, obedecendo, processos de segurança e rastreabilidade. Nos casos em que o material for coletado pelo próprio paciente, a CONTRATADA deverá fornecer o material necessário para tanto, assim como orientá-lo sobre a identificação da amostra sendo esta feita pelo laboratório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.16. A CONTRATADA deverá manter procedimentos internos que permitam a identificação do profissional responsável pela coleta e/ou exame, assim como a data e horário desta. O procedimento deve ser devidamente formalizado, de modo que caso o fiscal de contrato solicite acesso a estes ou aos instrumentos de controle estes sejam prontamente entregues.

6.17. Finalizados os procedimentos de coleta e/ou exame, a CONTRATADA deverá fornecer ao paciente protocolo de coleta que contenha todos os dados de identificação do paciente, do tipo de exame, data e horário da coleta, prazo de entrega de resultado, bem como informações sobre os meios de acesso a estes e endereços de retirada.

6.18. Caso seja verificado que a amostra coletada não está em condições de processamento do exame, a CONTRATADA deverá entrar em contato com o paciente solicitando o seu comparecimento na unidade de saúde para a coleta de nova amostra.

6.19. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela conduta de seus funcionários, especialmente no que se refere ao atendimento dos pacientes que deve sempre se pautar por parâmetros mínimos de urbanidade e cortesia.

Da entrega dos resultados e laudos

6.20. A CONTRATADA deverá disponibilizar os resultados dos exames e respectivos laudos diretamente ao paciente ou ao seu representante legal devidamente identificado, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da realização da coleta e/ou execução do exame, assegurando a integridade, confidencialidade e rastreabilidade das informações.

a) Excepcionalmente, o prazo estabelecido poderá ser prorrogado nos casos em que a natureza técnica do exame, a complexidade da análise ou a necessidade de procedimentos complementares demandarem prazo superior, hipótese em que a CONTRATADA deverá justificar formalmente a dilação ao fiscal do contrato, antes do término do prazo originalmente fixado.

6.21. A entrega dos resultados poderá ocorrer em meio físico ou eletrônico, desde que garantidos mecanismos de segurança, autenticidade e confidencialidade das informações, bem como a possibilidade de verificação pela Administração, quando solicitado.

6.22. O serviço, ainda que já executado e aceito, poderá ser objeto de refazimento, sem ônus para a Administração, sempre que constatadas irregularidades, inconsistências técnicas, erro de procedimento, ou condições inadequadas na realização dos exames que comprometam a fidedignidade dos resultados, especialmente nos casos em que restar comprovada má-fé, dolo ou culpa da CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

a) Na hipótese, a CONTRATADA deverá proceder à repetição do exame no prazo a ser fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e das disposições contratuais.

Do sistema de gerenciamento de exames e laudos

6.23. A CONTRATADA deverá fornecer sistema de gerenciamento laboratorial cuja utilização deverá contemplar funcionalidades que permitam a automatização de todo o processo de processamento dos exames, emissão de relatórios de gerenciamento, produtividade e comunicação.

6.24. O referido sistema deverá possuir as seguintes características:

- a) Sistema on-line;
- b) Controle de senhas individuais de acesso às funções e menus do sistema, com restrição de visibilidade de operação por equipamento e usuário;
- c) Banco de dados, contendo identificação do paciente;
- d) Sistema de conferência do material coletado para verificação de possíveis falhas de coleta;
- e) Critérios de aceitação e rejeição de amostras;
- f) Instruções escritas quanto a realização de exames em amostras com restrições;
- g) Visualizador de laudos (via web) disponível à todas unidades de saúde atendidas pelo credenciado e outras unidades possam vir a compor o sistema municipal de saúde. A CONTRATADA deverá instalar o programa laboratorial (visualizador de laudos) em todas as unidades de saúde que compõem a rede municipal.
- h) Rastreamento que indique a situação do procedimento;
- i) Parâmetros de tempo de liberação de resultado, de acordo com o local de atendimento, necessidade de urgência e tipo de exame;
- j) Emissão de laudos com assinatura digitalizada contendo histórico dos resultados dos exames anteriores, impressos em formulário próprio do credenciado;
- k) Emissão de laudos com informações de valores de referência por faixa etária e raça, metodologia utilizada e seu respectivo valor de referência, hora da coleta e de liberação do resultado;
- l) Liberação condicional envolvendo resultados e dados dos pacientes e das amostras (idade, sexo e origem);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

m) Estatísticas de: produção mensal discriminando o tipo e o número realizados no mês, detalhando a quantidade de exames, quantidade de paciente; monitoramento de material coletado para o controle dos materiais das unidades; exames que não foram realizados e ainda estão em processo de análise; quantidade de exames por solicitante, por período e por resultados alterados; relatórios para comunicação de exames de notificação compulsória; controle dos tempos de execução dos exames por classes e tipos de paciente; relatório por paciente de exames realizados com custo da requisição, por unidade, por local de entrega de resultados; monitoramento das pendências.

6.25. Os prestadores interessados deverão observar os prazos relacionados para a entrega dos resultados dos exames, sendo que estes deverão ser contados a partir da coleta do material.

6.26. Exames de ambulatoriais de baixa e média complexidade, porém com grande demanda (exames bioquímicos, hematológicos, imunológicos, parasitológicos e de urinálise) deverão ser fornecidos em até 72 horas.

6.27. Exames de baixa demanda e maior complexidade que requeiram prazo específico à sua realização, deverão ser listados e encaminhados pela CONTRATANTE à CONTRATADA conforme sua necessidade de execução.

6.28. Exames de urgência/emergência, se apresentado a devida justificativa na solicitação médica, desde que as características técnicas dos exames permitir, deverão ser fornecidas no prazo máximo de 24 horas.

6.29. Nas hipóteses em que as características técnicas do exame não permitirem o cumprimento dos prazos acima estabelecidos, estes poderão ser estendidos por igual prazo, devendo a CONTRATADA comunicar o fato ao paciente e ao fiscal de contrato.

Da estrutura física e dos equipamentos necessários

6.30. A CONTRATADA deverá dispor de estrutura física própria, adequada e compatível com a execução dos serviços objeto da contratação, em conformidade com as normas sanitárias, de saúde ocupacional e de segurança do trabalho vigentes, bem como com as exigências dos órgãos reguladores competentes.

6.31. As instalações destinadas à realização dos exames deverão possuir ambientes distintos e apropriados, assegurando condições adequadas de higiene, conforto, acessibilidade e privacidade aos usuários, incluindo, no que couber:

- a) Recepção e área de espera compatível com a demanda;
- b) Salas de atendimento individualizadas;
- c) Ambiente apropriado para coleta de material biológico, quando aplicável;
- d) Sanitários em condições adequadas de uso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

e) Acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nos termos da legislação vigente.

6.32. A CONTRATADA deverá garantir que todos os equipamentos, mobiliários e instrumentos utilizados na execução dos serviços estejam em perfeito estado de conservação, funcionamento e higienização, devidamente calibrados quando exigido, atendendo às normas técnicas aplicáveis.

6.33. A CONTRATADA deverá assegurar a adoção de protocolos de biossegurança e controle de infecção, garantindo a proteção dos usuários e dos profissionais envolvidos, especialmente no que se refere ao manuseio de materiais biológicos e descarte de resíduos de serviços de saúde, em conformidade com a legislação pertinente.

6.34. A CONTRATADA deverá dispor de todos os equipamentos, instrumentos e materiais indispensáveis à adequada execução dos serviços objeto da contratação, em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e de saúde ocupacional vigentes, assegurando a qualidade, precisão e confiabilidade dos exames realizados.

6.35. Os equipamentos utilizados deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, devidamente calibrados, aferidos e submetidos à manutenção preventiva e corretiva, quando exigido pelas normas aplicáveis, devendo a CONTRATADA manter registros atualizados dessas atividades, à disposição da fiscalização do contrato.

6.36. Para a execução dos exames médicos ocupacionais, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes equipamentos, conforme a natureza dos exames a serem realizados:

- a) Equipamentos para avaliação clínica geral;
- b) Equipamentos para aferição de pressão arterial;
- c) Balança antropométrica com estadiômetro;
- d) Equipamentos para realização de exames de acuidade visual;
- e) Audiômetro devidamente calibrado, quando houver realização de audiometria;
- f) Espirômetro, quando houver realização de espirometria;
- g) Equipamentos e insumos para coleta de material biológico, quando aplicável;
- h) Mobiliário clínico adequado, incluindo maca, cadeiras e demais itens necessários ao atendimento;
- i) Outros equipamentos específicos exigidos em razão dos exames.

6.37. Todos os equipamentos sujeitos a controle metrológico ou exigência de calibração deverão possuir certificação válida emitida por órgão ou entidade competente, devendo a CONTRATADA apresentar os respectivos certificados sempre que solicitado pela fiscalização do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.38. A CONTRATADA deverá assegurar que os equipamentos utilizados atendam às normas regulamentadoras aplicáveis, em especial aquelas relativas à segurança e medicina do trabalho, responsabilizando-se integralmente pela sua regularidade e adequado funcionamento.

6.39. A estrutura física e as condições operacionais do estabelecimento poderão ser objeto de inspeção a qualquer tempo pela fiscalização do contrato, devendo a CONTRATADA permitir o livre acesso às dependências e prestar todas as informações necessárias à verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

6.40. A constatação de inadequações na estrutura física, que comprometam a qualidade, segurança ou regularidade dos serviços prestados, ensejará a notificação da CONTRATADA para imediata regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

6.41. A ausência, inadequação ou mau funcionamento dos equipamentos necessários à execução dos serviços poderá ensejar a suspensão da prestação, até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e das disposições contratuais.

Dos prazos de execução dos serviços

6.42. A CONTRATADA deverá realizar o agendamento para a coleta e/ou exames em até **3 (três) dias úteis** a partir do envio da solicitação de despesa ou nota de emprenho. O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez desde que não superior ao já previsto, mediante solicitação da CONTRATADA, devidamente justificada e aceita pela CONTRATANTE.

a) O atendimento deverá ser garantido pela CONTRATADA, através de profissionais devidamente qualificados e habilitados, e estar disponível aos pacientes no horário comercial, no mínimo por 06 (seis) horas diárias e 04 (quatro) dias por semana, exceto em feriados.

Das Alterações

6.43. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)

Do Recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) e Termo de Recebimento assinado pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 03 (três) dias.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de pagamento

8.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.

8.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Liquidação

8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)

Da modalidade e critério de julgamento

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo sistema



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO - ITEM.

Exigências de habilitação

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);

Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);

Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);

Declarações e outros documentos necessários.

Requisitos contratuais

9.3. Previamente à celebração do contrato a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Recurso Estadual <input checked="" type="checkbox"/> Recurso Federal Categoria Econômica: <input checked="" type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
72	03.006.04.122.0021.2.056.3.3.90.36.00.00.	1000
112	03.029.04.122.0021.2.008.3.3.90.39.00.00.	1000
132	04.017.15.452.0325.1.201.3.3.90.39.00.00.	1000
142	04.017.15.452.0328.2.023.3.3.90.39.00.00.	1000
172	04.033.26.782.0582.2.105.3.3.90.39.00.00.	1000
183	05.011.10.301.0428.2.025.3.3.90.39.00.00.	1303
193	05.011.10.301.0428.2.085.3.3.90.39.00.00.	1303
207	05.011.10.302.0428.2.026.3.3.90.39.00.00.	1303
277	05.025.10.304.0428.2.029.3.3.90.39.00.00.	1510
292	06.019.08.122.0578.2.113.3.3.90.39.00.00.	1000
419	07.013.12.361.0188.6.001.3.3.90.39.00.00.	1103
420	07.013.12.361.0188.6.001.3.3.90.39.00.00.	1104
454	07.013.12.365.0190.6.005.3.3.90.39.00.00.	1103



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

455	07.013.12.365.0190.6.005.3.3.90.39.00.00.	1104
484	07.020.12.361.0239.6.006.3.3.90.39.00.00.	1103
485	07.020.12.361.0239.6.006.3.3.90.39.00.00.	1104
518	08.014.20.606.0111.2.107.3.3.90.39.00.00.	1000
566	09.015.27.812.0228.2.109.3.3.90.39.00.00.	1000
579	10.044.26.782.0576.2.104.3.3.90.39.00.00.	1000
590	05.025.10.301.0428.2.033.3.3.90.39.00.00.	32002

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, a Ata de Registro de Preços ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

Borrazópolis/PR, 12 de março de 2026.

Josiane Aparecida dos Santos

Secretária Municipal de Administração e Finanças